

O PARTIDO FEDERALISTA AO TEMPO DO CASTILHISMO-BORGISMO: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Eduardo Rouston Junior¹

RESUMO:

A gênese da forma de governo republicana no Rio Grande do Sul foi caracterizada pelos confrontos políticos, ideológicos e militares entre as forças castilhistas (situação) e federalistas (oposição), gerando-se uma série de interpretações diferentes e divergentes quanto aos acontecimentos que marcaram tal período histórico. Em geral vinculados a um dos lados do conflito vigente no quadro político gaúcho, durante grande parte da República Velha, de modo geral, os autores produziram uma história marcada pelo partidarismo e pela paixão política. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender de que maneira um desses lados, em que se dividia politicamente o contexto sul-riograndense, no caso, a oposição federalista, foi tratado e analisado pela historiografia gaúcha da época, fosse ela ligada ao situacionismo castilhista-borgista, fosse ela afinada com as ideias defendidas pelos grupos opositores.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Federalista, Republica Velha, historiografia, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT:

The genesis of the republican form of government in Rio Grande do Sul was characterized by political confrontations, ideological and military between castilhistas forces (situation) and Federalists (opposition), generating a number of different and varying interpretations of the events that marked this Historical period. Generally tied to one side of the current conflict in gaucho policy framework for much of the Old Republic, in general, the authors have produced a history marked by partisanship and passion policy. In this sense, this study seeks to understand how one of these sides, in which politically divided the South Rio Grande context, in this case, the federalist opposition, was treated and analyzed by the state's historiography of the time, be it linked to situationism castilhista-borgista, be it in tune with the ideas defended by opposition groups.

KEYWORDS: Federalist Party, Old Republic, historiography, Rio Grande do Sul.

Introduzindo a discussão

A formação da República no Rio Grande do Sul ocorreu de forma distinta, se comparada com o restante do país.² Na maior parte dos demais estados brasileiros, com a desintegração da Monarquia e o enfraquecimento dos partidos imperiais, as oligarquias tradicionais adotariam a nova forma de governo, passando a militar nos partidos republicanos. No caso gaúcho, além de o movimento republicano ter se constituído de maneira tardia,

¹ Professor substituto do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Coxim-UFMS –CPCX. E doutorando em História na área de concentração – História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² A esse respeito pode-se dizer, ainda, que, ao contrário do restante do Brasil, que contou com uma republicanização relativamente mais tranquila, o Rio Grande do Sul, no período da República Velha, passou por uma de suas fases de maior agitação partidária da qual adviria séria crise política e revolucionária. Sobre este aspecto, observar: LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha: In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 8, p. 99-122. Ver também: LOVE, Joseph. Reflections on the Revolution of 1893. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993, p. 15-8.

articulado por novas e ascendentes oligarquias, houve a persistência de um dos partidos imperiais – o Liberal, que constituía-se numa entidade forte, arregimentado e com uma bem montada máquina eleitoral.

Durante o predomínio castilhista-borgista (1892-1930)³, boa parte dos elementos liberais⁴, afastados do poder com a nova forma de governo, passaria a integrar, a partir de 1892, as fileiras do Partido Federalista (1892-1928), agremiação que significou o principal veículo de contestação à ordem republicana castilhista-borgista, de feição conservadora e autoritária. Outras alternativas de oposição ao castilhismo-borgismo como o Partido Republicano Liberal, de 1906, ou o Partido Republicano Democrático, de 1908, tiveram curta duração e limitado apelo. Deve-se salientar que, diferentemente dessas duas agremiações, o Partido Federalista (PF), chefiado pelo ex-tribuno, Gaspar Silveira Martins (1835-1901)⁵, não significou um agrupamento efêmero; permaneceria na cena política regional e nacional durante quase quatro décadas. Além disso, conforme apontou Joseph Love:

...os federalistas (...) formaram o setor mais amplo da oposição (e) mantiveram-se firmes na sua dedicação pela organização parlamentarista em nível federal, reivindicando a eleição do Presidente pelo Congresso e a participação dos Ministros nas sessões do Legislativo. (...) O outro componente da oposição os que haviam rompido com a chefia do Partido Republicano – tinha menos coesão; seus membros eram menos geralmente cuidadosos em relação a uma aliança com os federalistas. (LOVE, 1975: 91).

Tendo em vista destruir a máquina eleitoral dos liberais-federalistas e consolidarem-se como os novos detentores do poder gaúcho, os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos (1860-1903) e Borges de Medeiros (1863-1961), nortearam suas atuações com base em práticas autoritárias, exclusivistas, de modo a alijar todos os possíveis adversários. Desse modo, de acordo com Héliog Trindade (2004: 53-4), configurou-se no estado sulino outra singularidade política face às outras experiências republicanas regionais da Primeira República: a vigência e a permanência de uma polarização político-partidária protagonizada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) (situação) e o Partido Federalista (oposição).

³ Segundo Vélez Rodríguez (2007: 87), o castilhismo caracterizou-se como uma ideologia política inspiradora de um governo autoritário, não-representativo, identificando-se com a agremiação política governantes, no caso, o Partido Republicano Rio-Grandense, assumindo forte caráter moralista e conservador.

⁴ Entre eles, podemos citar: Joaquim Pedro Salgado, Antônio Prestes Guimarães e Leopoldo Antunes Maciel (barão de São Luís).

⁵ Silveira Martins foi um dos chefes políticos de maior prestígio durante o Império – várias vezes ministro e chamado por D. Pedro II para assumir a direção do que seria o último gabinete da monarquia. Representou, com seu partido, a classe dominante liberal oligárquica que tinha sua base de sustentação na economia pastoril do grande latifúndio da região pampeana.

Esse embate entre *federalistas* (maragatos)⁶ e *republicanos*, explica o referido autor, repousou na existência de dois modelos distintos – um de base liberal e outro autoritário, permeando, assim, as opções políticas gaúchas a partir dos anos 1890. Nesse sentido, pode-se destacar que, mesmo possuindo uma base conservadora comum⁷, esses dois grupos políticos desenvolverão no microcosmo político estadual um padrão de enfrentamento não comum ao restante da nação brasileira.

Neste esquema de forte polarização política, em que dificilmente se ensejavam terceiras vias, dividido entre o Partido Republicano Rio-Grandense (situação) e o Partido Federalista (oposição), formou-se um conflito que passaria do debate pela imprensa e pelo parlamento, às disputas eleitorais, ao enfrentamento bélico, exteriorizando-se também na produção intelectual e historiográfica do período. Nesse sentido, ao longo de três décadas, o conflito entre republicanos e federalistas se estenderia para além das atividades bélicas e parlamentares deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos.

Como, no entanto, em termos de produção do conhecimento histórico, o Partido Federalista, que é nosso objeto de análise neste artigo, foi visto por esta produção intelectual?

A cizânia política na historiografia não-acadêmica gaúcha

Quando falamos em historiografia não-acadêmica nos referimos àquela que foi desenvolvida essencialmente por historiadores não-profissionais, notadamente por literatos, jornalistas, advogados, militares e clérigos, na qual a objetividade da análise muitas vezes se viu obscurecida pelas paixões decorrentes da simpatia ou também da antipatia pelo projeto político de inspiração positivista, desenvolvido por Júlio de Castilhos à frente do PRR. A maior parte desses trabalhos foi realizada em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, sendo que os primeiros autores dessa historiografia estavam direta ou indiretamente conectados aos grupos políticos que dividiam o Estado: castilhistas-borgistas e federalistas-assisistas. Ou seja, tratava-se de uma produção historiográfica influenciada fortemente pelas opções políticas de seus autores. Os estudos produzidos neste foco condensaram-se na evolução das ideias políticas dos líderes de cada grupo e na sua obra constitucional. Esta historiografia enfatizou a luta político-partidária em função de disputas

⁶ O nome de maragatos veio da presença, entre os federalistas que participaram da Revolução de 1893, de argentinos migrados de uma região da Espanha – a Maragataria. Essa qualificação procurava mostrar o quanto o movimento “revolucionário” era “estrangeiro”, e, portanto, contrário, aos interesses nacionais.

⁷ Trindade desenvolve essa ideia de dois modelos opostos – conservadores autoritários (republicanos) versus conservadores liberais (federalistas). TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

pessoais e os líderes políticos foram tomados como agentes movidos por uma vontade autodeterminadora, como se fossem personalidades desvinculadas da sociedade, que pelo seu “brilhantismo e energia conseguiram manter grupos e indivíduos ao seu redor”.⁸ Embora não seja a regra, alguns autores vinculados a esta historiografia se reuniram ainda no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Interessa-nos aqui analisar de que forma esta historiografia, constituída em torno dos historiadores ditos tradicionais, que, de um modo geral, refletiam a “visão que a classe dominante tinha de si”⁹, abordou os federalistas em suas análises. Para consecução de tal finalidade, dividimos esta historiografia em duas grandes vertentes interpretativas: a dos autores vinculados à ideologia positivista e reprodutores do discurso oficial castilhista-borgista, a qual chamamos aqui de corrente *castilhista/borgista*, e a dos autores que se opuseram ao projeto político castilhista, que denominamos de vertente *gasparista/assisista*. Na primeira vertente, relacionamos Euclides Moura, Victor de Brito, Aquiles Porto Alegre, Othelo Rosa, João Pio de Almeida e Joaquim Luís Osório, que com ênfases distintas, compreenderam a Primeira República a partir de um dos lados da luta bipartidária protagonizada por republicanos e liberais-federalistas. Já na segunda vertente, encontramos autores como Wenceslau Escobar, Ângelo Dourado, Rafael Cabeda, Rodolpho Costa, Olympio Duarte, Manoel da Costa Medeiros e Gustavo Moritz, que esforçaram-se por denunciar a violência dos republicanos, defendendo o sistema parlamentarista e exaltando a biografia dos líderes federalistas. Iremos nos deter num primeiro momento, no bloco castilhista-borgista, representado pelos defensores dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

O federalismo na perspectiva tradicional castilhista/borgista

Pode-se dizer que a consolidação da hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), durante a República Velha, no Rio Grande do Sul, passou pela legitimação intelectual através do discurso historiográfico. Sandra Pesavento denomina de “historiografia oficial” aqueles discursos que estão identificados com uma visão de história oficialmente

⁸ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 8.

⁹ FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Unisinos, v. 28, n. 127, p. 69, 1992.

aceita pelo sistema como a correta interpretação de seu passado e que deve ser difundida.¹⁰ A autora, ao analisar o discurso de alguns intelectuais na Primeira República, conclui que a historiografia gaúcha do período converge para uma epistemologia positivista e idealista, porém os fundamentos de cada uma dessas teorias do conhecimento estão mesclados no discurso. Para Pesavento, “a conciliação no plano da prática é tornada possível pela combinação de um relato linear, causal, mas onde as grandes mudanças se dão em função de atos individuais, da atuação de grandes personalidades”.¹¹

Em geral, os autores¹², atrelados a esta concepção de história legitimadora do grupo vinculado ao aparelho de Estado – PRR, centraram seus estudos na percepção da cisão política travada entre dois sujeitos históricos antagônicos: republicanos (situação) e federalistas (oposição). Esta cisão, segundo esta vertente interpretativa, seria produto dos desentendimentos entre lideranças pessoais, cujas motivações voluntaristas são apresentadas de forma desconectada de injunções de caráter social. Ou seja, as discordâncias localizam-se essencialmente no plano político-partidário ou das paixões políticas em defesa de ideias e valores morais.¹³ Tomam sempre a ação de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros como referência, elaborando uma abordagem apenas tangencial sobre as oposições, tratando o tema superficialmente, e lhe dedicando, na maioria dos casos, algumas poucas páginas. A versão gaúcha do positivismo político, o castilhismo, é apresentada como a única legítima e aceitável, sendo remetida toda e qualquer outra visão, como, por exemplo, aquela produzida pelos liberais-federalistas, no rol dos saudosistas do Império ou dos monarquistas. Antes disso, é recorrente nestes autores o combate à forma monárquica de governo, fundamental, segundo eles próprios, para a sincronização das instituições brasileiras. Essa posição crítica quanto à Monarquia, apontada como “parasitária e anacrônica”¹⁴, vinha ao encontro do pensamento republicano rio-grandense à época do castilhismo. Até mesmo os dissidentes republicanos do castilhismo não passaram despercebidos, sendo tratados por alguns destes autores como *traidores*.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra. *Historiografia e ideologia*. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 67.

¹¹ *Ibidem*, p. 82.

¹² Euclides Moura (1892), Victor de Britto (1908), Aquiles Porto Alegre (1916), Othelo Rosa (1928), Joaquim Pio de Almeida (1928), Joaquim Luís Osório (1930), e Arthur Ferreira Filho (1958).

¹³ Ressaltamos que a exceção da regra fica por conta da obra de Arthur Ferreira Filho. Mesmo não escondendo sua admiração pelo projeto castilhista, e por essa razão o enquadrámos na vertente castilhista/borgista, sua obra, diferentemente das demais, apoia-se em pesquisas e situa-se justamente num momento de transição entre as abordagens elaboradas pela tradicional historiografia gaúcha, produzida na primeira metade do século XX, e aquela elaborada por pesquisadores profissionais, que se consolidou nas décadas de 1970 e 1980.

¹⁴ BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908, p. 38 e 44.

Publicada pela primeira vez em 1892, a obra “O Vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893”, de autoria de Euclides Moura (1868-1919)¹⁵, é um dos exemplos de abordagem historiográfica que se enquadra dentro do perfil citado, o qual estamos denominando de vertente castilhista/borgista. O livro, dedicado ao Partido Republicano Rio-Grandense e a Júlio de Castilhos, traz à tona a denúncia indignada e apaixonada de um “soldado disciplinado” do partido, como se intitula, às violências cometidas contra seus correligionários durante a vigência do “Governicho”,¹⁶ caracterizado, por ele, como um período de anarquia, em que “campeiam o terror, o ódio e o banditismo”.¹⁷ Em seu chamamento *Ao leitor*, logo no início, adverte a quem denomina de “*os principais responsáveis por todas essas calamidades*” de que “*a vitória do Partido Republicano não tardará e então será muito difícil impedir a desforra dos desgraçados perseguidos de hoje*”.¹⁸ Castilhos, por seu turno, é apresentado como homem de conduta irrepreensível e notável estadista:

Os seus correligionários falavam nele, por assim dizer, de chapéu na mão; os seus adversários (...) mostravam claramente que aquele homem era a maior barreira oposta às suas desmedidas ambições; os indiferentes, os homens de bem e os desapaixonados diziam, com ar de confiança ao falarem nele: é um homem.¹⁹

Aos federalistas bem como aos demais grupos oposicionistas que se contrapunham ao castilhismo, o autor constantemente atribui a pecha de *monarquistas encapotados*, ou, *restauradores do Império*, pretexto utilizado largamente pelos castilhistas para negar qualquer legitimidade ao movimento oposicionista, acusando-o de lutar contra as instituições republicanas. Desse modo, afirmava:

Em seus discursos e proclamações baniam cuidadosamente os vivas à República, chegando em quase todas as municipalidades a tornarem a colocar em seus antigos lugares os retratos do ex-imperador, ostentando a antiga bandeira. E depois do falecimento de D. Pedro ainda eles

¹⁵ De forte ligação com o Partido Republicano Rio-Grandense, Euclides Moura exerceu funções de confiança do Partido e do presidente Borges de Medeiros, inclusive subchefias regionais de polícia. Elegeu-se deputado à Assembleia dos Representantes em 1915 para substituir um deputado renunciante, com mandato até o ano seguinte. Mais informações em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

¹⁶ O “Governicho” corresponde ao período em que governa a junta composta pelo Gen. Manoel Luis da Rocha Osório, Assis Brasil e Barros Cassal, a partir de 17 de novembro de 1891. As novas autoridades revogam a constituição castilhista e tentam se consolidar no poder.

¹⁷ MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 12.

¹⁸ *Ibidem*, p. 11-2.

¹⁹ *Ibidem*, p. 18-9.

prosseguiram nessas demonstrações, fazendo-lhe aparatosas exéquias à custa dos cofres municipais (...). Muitas lágrimas verteram nessa ocasião esses cínicos *regeneradores* da República, (...) saudosos do velho monarca, por entre as flores de uma retórica estafada.²⁰

A respeito das eleições para a Assembleia Constituinte do Estado, realizadas em 5 de maio de 1891, Moura afirma que estas feriram-se:

com toda a calma, no meio do sossego geral, concorrendo livremente os dois partidos, sem que o menor incidente se desse, vendo-se os coligados que fiscalizavam as mesas eleitorais na obrigação de declararem espontaneamente que nada tinham a reclamar, elogiando por essa ocasião os dignos mesários²¹.

E, conclui, dizendo que “nunca no Rio Grande do Sul se votou tão livremente”.²² O autor não destaca aqui, no entanto, a coerção e as fraudes patrocinadas pelo governo do Estado em favor do Partido Republicano, como também o desempenho expressivo e satisfatório obtido pela oposição nestas eleições, atingindo, seu candidato mais votado, a cifra de 18.214 votos, enquanto os candidatos da chapa oficial teriam conseguido a marca dos 29 mil sufrágios. Nesse ponto, esclarece Sérgio da Costa Franco que “se vigorasse uma regra de representação proporcional, mais de um terço das cadeiras da Constituinte tocariam à oposição”.²³

Outro expoente desta vertente historiográfica é representado pela obra de Victor de Britto (1856-1924), intitulada “Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política”, publicada em 1908.²⁴ Nesse livro, podemos observar uma das características mais recorrentes desta produção historiográfica, que é a identificação com um dos lados do conflito político que tanto marcou a República Velha gaúcha. A obra tem por intento realizar um “breve trabalho de síntese” a respeito da Revolução Federalista (1893-1895)²⁵, tendo por base a atuação das duas maiores lideranças políticas da época: Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins. Mesmo tentando legitimar sua obra a partir de uma pretensa imparcialidade, o autor incorre numa das práticas mais comuns nos escritos da historiografia não-acadêmica: o

²⁰ MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 69-70.

²¹ *Ibidem*, 22-3.

²² *Ibidem*, p. 22-3.

²³ FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, p. 133.

²⁴ Esta obra foi analisada também por ALVES, Francisco das Neves. Silveira Martins x Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Biblos*. Rio Grande, n. 9, p. 35-44, 1997.

²⁵ Guerra civil que apresentou altos índices de violência política.

partidarismo. A identificação do autor com um dos lados do conflito, neste caso, com o castilhismo, não se apresenta de forma amplamente aberta, se comparada com os pronunciamentos do autor citado anteriormente. Seu partidarismo é, muitas vezes, dissimulado, aparecendo de modo velado através do texto.

Se, por um lado, Silveira Martins aparece como “o maior dos heróis da tribuna brasileira”, assegurando-lhe “o lugar de honra entre os maiores vultos do Brasil”,²⁶ Júlio de Castilhos, por sua vez, era enaltecido como “o maior estadista do Rio Grande” e “a maior individualidade do Brasil Republicano”, aparecendo também como o “evangelizador da República”, através de sua atuação como escritor público. Fica nítido aqui a insistência por parte do autor em querer definir duas épocas diferentes, a do “Rio Grande hodierno”, referindo-se a Júlio de Castilhos, e a do “Rio Grande monárquico”, numa referência ao líder liberal.

De acordo com Britto, “o Brasil monárquico representava um desvio da evolução histórica”, considerando-o como “o colosso-parasita, debruçado sobre o Atlântico”. Há, portanto, uma posição crítica por parte do autor quanto à Monarquia, apontada por ele como “parasitária e anacrônica”.²⁷ Segundo o autor: “*Júlio de Castilhos ambicionava a derrocada da Monarquia, porque só a República era compatível com a civilização de nosso tempo; porque na América não havia mais lugar senão para a República; e a Pátria Brasileira tinha de ser republicana*”.²⁸

Outro elemento que identifica Britto com o castilhismo é a forma pela qual ele tratava as *oposições rio-grandenses*, notadamente os liberais, no período de fermentação revolucionária, elaborando uma comparação entre o Partido Liberal, com Silveira Martins no exílio, e o partido de Júlio de Castilhos:

*O Partido Liberal, inopinadamente afastado de seu chefe, aí ficou desorientado (...) a rolar, a vagar, à mercê das ondas, sem norte, sem destino, à espera de um encontro da Providência. (...) E, enquanto o Partido Liberal tateava nas trevas, o Partido Republicano Rio-Grandense organizava-se, vivificava-se, fortificava-se, dirigido por uma grande cabeça, orientado por uma bússola: Júlio de Castilhos.*²⁹

Nessa linha, Britto considerava que, ao tentar a retomada do poder após o retorno do exílio, Silveira Martins “iludiu-se, acreditando na possibilidade de reivindicar a supremacia

²⁶ BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908, p. 14, 20 e 31.

²⁷ Ibidem, p. 38 e 44.

²⁸ Ibidem, p. 39.

²⁹ Ibidem, p. 21-2.

perdida, oferecendo combate a seu poderoso adversário”.³⁰ Dessa maneira, o autor demonstrava que, na sua visão, com a implantação da República, o tempo de Silveira Martins havia passado, sendo a sua liderança ultrapassada e substituída por um comando incontestado de Júlio de Castilhos. Além disso, no texto de Victor de Britto há uma constante preocupação em justificar as atitudes de Júlio de Castilhos. A respeito da busca de novos adeptos ao republicanismo, nos primórdios do movimento, o autor enalteceu “o esforço e a habilidade” com que Castilhos “procurou e conseguiu aumentar a falange de intemeratos republicanos rio-grandenses”. Já o radicalismo castilhista na prática de um exclusivismo partidário foi traduzido por Britto como coerência política, ao afirmar que: “nunca um estadista manteve atitude mais sincera, coerência mais completa, mais completa com suas convicções, fidelidade maior a seus intuitos, obediência mais severa às lições recebidas”.³¹

De acordo com o referido autor, o autoritarismo e o controle absoluto do aparelho do Estado por parte de Castilhos estavam plenamente legitimados, pois “era preciso preparar em suas leis a coiraza contra os projéteis da oposição, fazer da organização partidária a guarda avançada da Constituição e educar na intransigência e na fidelidade aos princípios os continuadores” do projeto castilhista, tornando-o “duradouro”.³²

Britto destacou também o valor da Constituição Rio-Grandense, o grande alvo da insatisfação das oposições gaúchas, utilizando como argumento o próprio período de sobrevivência da mesma, o qual fora “suficiente para provar sua viabilidade e ir estabelecendo novos hábitos, novos costumes na vida de um povo”³³ e, mais uma vez, justificava a tendência autoritária da política castilhista:

Não há uma só das grandes reformas ou revoluções sociais, para a realização da qual seu autor tenha consultado a opinião dos povos ou procurando perscrutar as condições de receptividade do meio destinado a recebê-la. (...) De outro modo não se originou a Constituição de 14 de Julho, parte integrante da construção política de Júlio de Castilhos.³⁴

Apesar de diferenciar-se de suas contemporâneas, por não ser radicalmente partidária, a obra de Britto também demonstra uma identidade com um dos lados do conflito, no caso, com o castilhismo. Ou seja, Victor de Britto não deixou de ser partidário ao sustentar e justificar algumas das práticas políticas de Júlio de Castilhos. Nesse quadro, Silveira

³⁰ BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos*: estudo crítico de filosofia política. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908, p. 22.

³¹ *Ibidem*, p. 43 e 45.

³² *Ibidem*, p. 46-7.

³³ *Ibidem*, p. 55.

³⁴ *Ibidem*, p. 57.

Martins era apresentado como o “maior valor” da Monarquia, enquanto que Castilhos era encarado como figura incomparável e a “maior individualidade” do Brasil republicano.

Outro autor importante a ser enquadrado aqui é Aquiles Porto Alegre (1848-1926), republicano histórico, que escreveu em 1916 “Homens Ilustres do Rio Grande do Sul”. Na obra, evidencia-se a presença do personalismo, ou seja, de uma concepção idealista da história onde o acontecimento histórico está no plano da atuação pessoal e não de uma base histórico-concreta. O livro é voltado à lapidação de grandes personagens da história rio-grandense, seguindo a orientação do biografismo e a crença de que a história é regida pelas ações e vontades individuais, elemento que, como vimos nos exemplos anteriores, permeou fortemente a vertente interpretativa em foco. A temática da oposição federalista é levada em consideração apenas quando da menção à Revolução de 1893, abordada indiretamente pelo autor. Aquiles, por seu turno, desenvolve uma postura pacificadora, onde Júlio de Castilhos é um “super-homem de seu partido”,³⁵ orientando sua atuação como se seguisse um destino pré-determinado para o sucesso, enquanto Gaspar Martins foi um insigne patriota, defensor da liberdade e da lei.³⁶ A mediação apaziguadora do autor coloca o caráter das personalidades (heroísmo, patriotismo, abnegação) acima do lugar social e do processo político e econômico mais amplo, e é por isto que incluímos esta obra no âmbito da historiografia tradicional não-acadêmica. O conteúdo político existente nestes homens ilustres é destituído de historicidade no recurso à metafísica das ações isoladas.

Este tipo de abordagem, característico da historiografia oficial em sua vertente castilhista/borgista, está presente também em Joaquim Luis Osório (1881-1949), na obra “Partidos políticos no Rio Grande do Sul” (1930). Se, por um lado, a obra se prende a uma estrutura jurídico-institucional e ao ideário positivista, por outro, não descarta o apego à individualidade dos líderes. O autor não só relaciona todos os partidos políticos fundados durante a Primeira República no Rio Grande do Sul, como também analisa as razões de seus respectivos surgimentos, seus programas, propósitos e suas lideranças. No entender de Osório, no entanto, na chamada República Velha, partido algum poderia ser comparável ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul. É compreensível este posicionamento, tendo em vista que durante muito tempo o mesmo esteve ligado ao PRR, elegendo-se deputado estadual e federal pelo referido partido em sucessivas legislaturas. Osório identifica, logo de imediato, o domínio do Partido Republicano Rio-Grandense como moralista, sábio, íntegro:

³⁵ PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1917, p. 99.

³⁶ *Ibidem*, p. 112.

Congrega os republicanos o mais belo programa, conservador, ao mesmo tempo que progressista, capaz de conduzir o estado a uma perfeita organização social (...) Quanto a mim, cada vez sinto-me mais fortalecido na convicção profunda da beleza e superioridade do Partido Republicano Histórico Sul-Rio-Grandense, em que vejo o fiel continuador das tradições e aspirações livres da impertérrita obra dos Farrapos, pelos seus ideais essencialmente federativos, únicos capazes de assegurar a unidade e a grandeza do Brasil.³⁷

Quanto ao Partido Federalista, o autor se detém na análise do programa aprovado em 25 de março de 1917, que reproduzia de algum modo o testamento político de Silveira Martins, apresentado ao país em 03/09/1901, apenas com a ausência de algumas regras especiais de funcionamento do governo de gabinete.

A obra traz constantes ataques à Monarquia e ao parlamentarismo, sendo este último a mais famosa e polêmica bandeira dos partidários do Partido Federalista. Via de regra, os republicanos, e a obra de Osório é exemplar neste sentido, acusavam-lhes de sebastianismo, pois as propostas maragatas caíam no parlamentarismo centralizador do Império. Neste sentido, os opositoristas, dentre eles, os federalistas, passaram a ser considerados muito mais que adversários, para se tornarem inimigos da República. Joaquim Luis Osório afirma: “*Ora, a volta ao domínio do sistema parlamentar seria o regresso às velhas fórmulas políticas do Império. A primeira consequência seria golpear a federação, pelo advento do regime unitário.*”³⁸

A feroz crítica do autor para com o sistema parlamentar pode ser explicada tendo por base um dos princípios básicos do castilhismo: o de que a sociedade caminharia inexoravelmente rumo a sua estruturação racional, sendo que a única alternativa para a sua realização consistia na imposição do governante esclarecido. Dentro desta visão, qualquer outro tipo de organização social que não fosse este, tornar-se-ia necessariamente caótico. Daí o desprezo que o castilhismo desatou contra qualquer tipo de governo representativo, especialmente o regime parlamentar – sistema para lamentar, segundo um deputado castilhista, valorizando enfaticamente os processos democráticos diretos, como os empregados na Grécia antiga e Roma.³⁹

³⁷ OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 9-10.

³⁸ *Ibidem*, p. 63.

³⁹ VÉLEZ RODRÍGUEZ. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 132 e 155.

A manifestação do ideal comtista de “viver às claras” também está presente no livro, principalmente quando o autor deixa transparecer sua simpatia para com o sistema do voto a descoberto. Para Osório, o sigilo do sufrágio bem como o alistamento e o voto obrigatórios, bandeiras levantadas pelo Partido Federalista, eram incompatíveis com o sistema republicano: “não é possível converter um dever moral em uma obrigação de direito. (...) *A publicidade do voto é essencial à democracia; nenhum cidadão que se preze de livre deve enunciar a sua vontade de outro modo*”.⁴⁰ Um dos benefícios do voto a descoberto⁴¹, considera o autor, é “a prova fácil que essa fórmula fornece sobre a veracidade e a pureza do sufrágio”. A cédula, diz ele:

atirada silenciosamente pelo votante na urna é um mistério que encerra talvez muita mentira, muita fraude, muita infâmia. Em nosso país ninguém ignora o que a astúcia tem sugerido: a insinuação de cédulas umas nas outras, a invenção dos simulados votantes conhecidos com o nome de *fósforos*; a almoeda escandalosa dos portadores de chapas, estão no domínio público, e nos envergonharão. (...) Por honra do cidadão; por dignidade dos partidos e decência da eleição; deve o Brasil se apressar em decretar a publicidade completa do voto.⁴²

No tocante ao fortalecimento da União sobre os Estados, delineando um regime de centralização política, bem como ao ampliamto dos casos de intervenção federal nos estados, itens apregoados no programa federalista de 1917, Osório também se mostra enérgico opositor. É digno de nota que tais aspectos destacados no documento federalista se opunham diametralmente a um dos vícios fundamentais da Carta gaúcha de 1891: o da pretendida sujeição da União aos interesses autoritários do Chefe do estado sulino. Não por acaso, o autor defendia que a adoção deste princípio federalista importaria em:

desferir golpe mortal no coração da República Federativa. E senão, reflita-se: Amanhã, em qualquer Estado da República, desde que a situação dominante não apoiasse o Governo Federal, e este contasse com as graças da oposição, nada mais fácil do que esta promover grave perturbação da ordem pública. Consequência: a intervenção do Centro, mudando a situação dos

⁴⁰ OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 78-9.

⁴¹ Vélez Rodríguez, no entanto, nos adverte que a instituição castilhistas do voto a descoberto acabava colocando todo o sistema eleitoral nas mãos do *status quo*, favorecendo a ocorrência de fraudes e, conseqüentemente, a manipulação das eleições a favor do sistema estabelecido. Além disso, havia discriminação política, pois para o alistamento o eleitor tinha que declarar a filiação política.

⁴² OSÓRIO, op. cit., p. 81.

Estados, ao seu sabor, promovendo acordos, enfim ofendendo a autonomia dos Estados. Nada mais absurdo.⁴³

Osório também deixa claro sua insatisfação para com a disposição do Partido Federalista em querer proteger somente as indústrias brasileiras “no seu período de formação, reduzidas as tarifas aduaneiras”.⁴⁴ O autor sustenta tese invertida à contida no programa federalista, isto é, a de que a proteção deveria se estender às indústrias indiferentemente de serem ou não naturais do país. Neste sentido, segundo ele, posto em confronto com o programa republicano, em matéria de economia, o programa federalista revelava-se inteiramente “acanhado”. Para Osório, “grandes fábricas acham-se estabelecidas no Brasil, com matéria-prima estrangeira, fábricas com enormes capitais e dando a ganhar a milhares de trabalhadores. A vida dessas indústrias ficou dependendo, em parte, do auxílio aduaneiro”. Continuando, faz a seguinte interrogação: “Como abandonar esses interesses avultados, fontes de riqueza e prosperidade nacionais?”⁴⁵

O autor faz profunda crítica também à proposta federalista de reforma da bandeira nacional, no sentido de excluir o lema positivista de “ordem e progresso”, proposta vista por ele como uma “provocação às almas e consciências republicanas”. Osório insistia que a divisa “ordem e progresso” não implicava necessariamente na adesão ao positivismo, ou seja, não significava um emblema de uma seita específica, pois aquela exprimia e sintetizava aspirações comuns, sem distinções de crenças religiosas ou filosóficas. Tratava-se, portanto, em sua visão, de uma aspiração universal, de uma aspiração de todo o povo brasileiro, e de manter viva a “memória sagrada de Benjamin Constant”, autor do decreto que adotava a bandeira nacional em 19 de novembro de 1889.⁴⁶ Numa possível referência aos dissidentes castilhistas, acrescentava: “*mudem de programa político quantas e quantas vezes quiserem, mas respeitem ao menos os sentimentos e as aspirações da Pátria Brasileira – porque não se muda de bandeira como se muda de camisa*”.⁴⁷

⁴³ OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 83.

⁴⁴ Referência ao 15º item da parte 1, intitulada “Natureza e fins do Partido”, presente no Programa e Regimento do Partido Federalista, aprovado em 27 de março de 1917.

⁴⁵ OSÓRIO, op. cit., p. 98.

⁴⁶ Como bem esclarece Céli Pinto, na maioria das vezes, a doutrina positivista aparecia no discurso do PRR sem nem mesmo ser citada diretamente – princípios positivistas estavam presentes em pronunciamentos oficiais como se pertencessem ao senso comum e não a um esquema filosófico específico. (PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986).

⁴⁷ OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 102-3.

Osório encerra sua análise a respeito do programa ideológico federalista contestando a arguição oposicionista de que a Constituição Rio-Grandense não estaria ajustada ao regime e aos princípios constitucionais da União:

Quais os regimes e os princípios constitucionais consagrados pela Constituição Federal? Sem dúvida, são aqueles que servem de base ao pacto fundamental: regime republicano democrático, representativo, presidencial, federativo. Consagra a Constituição do Estado esse regime e esses princípios. O que é que caracteriza o regime republicano? A eletividade, a temporariedade e a responsabilidade dos poderes públicos, com funções delimitadas e exercidas pelos diversos órgãos do aparelho governamental. Não preenche algum desses requisitos a carta de 14 de julho de 1891?⁴⁸

A obra de Joaquim Luis Osório, portanto, se insere no quadro da produção historiográfica não-acadêmica em sua vertente castilhista/borgista, pois reproduziu de maneira clara algumas das características pertinentes nesta ênfase interpretativa, tais como: o enaltecimento da República Castilhista e a crítica pesada ao projeto político federalista.

Dentro da referida vertente, encontramos obras mais biográficas, como as de Othelo Rosa e João Pio de Almeida, centradas, respectivamente, na ação de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, os dois governantes que emblematicamente influenciaram a política do positivismo comtiano, o castilhismo, no Rio Grande do Sul, o primeiro como intérprete e o segundo como executor. Castilhos e Borges são representados como homens de conduta irrepreensível e notáveis estadistas. O tema da oposição liberal-federalista é mencionado rapidamente, remetendo-o para um segundo plano, e dedicando-lhe somente uma abordagem extremamente tangencial. Nesse sentido, citamos, primeiramente, aqui, a obra “Júlio de Castilhos – perfil biográfico e escritos políticos” (1928), de autoria de Othelo Rosa (1889-1956), adepto do PRR e vice-diretor do IHGRS, na qual são resgatados diversos textos e pronunciamentos em que Castilhos explicitou sua adesão à filosofia positivista concebida por Augusto Comte.⁴⁹ De Castilhos, disse Othelo Rosa: “O seu feitio era imperioso, autoritário. Certo e seguro dos fins em vista, com a salvaguarda de uma inatacável inteireza moral, ele se afirmava em atitudes rígidas e severas”.⁵⁰

Outro exemplo de abordagem biográfica no contexto da historiografia castilhista/borgista é a obra “Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de

⁴⁸ Ibidem, p. 107.

⁴⁹ ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928, p. 33.

⁵⁰ ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos. In: WERNECK, Américo et al. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 68.

sua obra” (1928), de João Pio de Almeida, secretário particular daquele que governou o Rio Grande do Sul durante um quarto de século durante a República Velha. Seu estudo caracterizou-se por ser uma exaltação da figura de Borges de Medeiros, como homem e governante, e do regime republicano. Por oposição, o período monárquico que antecedeu a República representou o caos para o Estado:

período de franco relaxamento político. Os dois grandes partidos nacionais, dentro dos quais se debatiam os políticos do império, o liberal e o conservador, minados ambos pela ação pessoal de Silveira Martins (...) se enfraqueciam dia a dia e, a passos rápidos, se encaminhavam para a dissolução e para a morte (...). A opinião pública, ludibriada constantemente, já não acreditava na sinceridade do liberalismo de Silveira Martins nem olhava com bons olhos o grupo conservador, dividido e enfraquecido por contínuas dissensões internas.⁵¹

Com o que já foi visto, é possível, ao menos, alinhar as características gerais desse conjunto de autores abrangentes da vertente historiográfica castilhista/borgista. Em primeiro lugar, o tangenciamento do tema relativo às oposições rio-grandenses e a percepção destes opositores como elementos contrários a “verdadeira” ordem republicana; um segundo aspecto seria o enaltecimento de personalidades republicanas como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros; um terceiro elemento seria a ênfase nos ideais políticos, ou seja, na história política, que é o palco onde se desenrolam as ações, em detrimento dos interesses econômicos e sociais. A seguir, veremos de que forma a temática da oposição federalista apareceu nos escritos da historiografia anticastilhista.

O federalismo sob o ponto de vista da historiografia oposicionista

No grupo dos oposicionistas ou anticastilhistas, estavam aqueles que se esforçavam por denunciar as arbitrariedades e a violência dos republicanos, defendendo a excelência dos princípios parlamentaristas e exaltando a biografia dos líderes federalistas. A característica principal da vertente gasparista/assisista⁵² consistiu, justamente, na insistência em querer denunciar o caráter violento, excludente e ilegítimo da República Castilhista. Em comparação com a historiografia analisada acima, as obras vinculadas a esta vertente interpretativa situaram-se, portanto, em outra categoria de análise: o da crítica ao governo

⁵¹ ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928, p. 9-10.

⁵² Wenceslau Escobar (1914, 1919, 1922, 1923, 1926), Ângelo Dourado (1896), Rafael Cabeda e Rodolpho Costa (1902), Olympio Duarte (1933) e Gustavo Moritz (1939).

castilhista/borgista. É bom lembrar que estas críticas partiram tanto da oposição liberal, arregimentada, após 1892, em torno do Partido Federalista, quanto das dissidências que surgiram no partido republicano ao longo da Primeira República.

Wenceslau Escobar (1857-1938), autor cuja obra é de leitura obrigatória para quem estuda as oposições políticas na Primeira República no Rio Grande do Sul, é um dos principais expoentes desta historiografia identificada com as forças de oposição ao castilhismo. Intimamente ligado aos federalistas, ele elaborou uma série de textos, que se constituíram em verdadeiros pronunciamentos políticos de oposição aos primeiros governantes republicanos do Rio Grande do Sul. Dentre seus escritos, os *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893* (1919), narração dos acontecimentos político-militares da Revolução Federalista, segundo a versão dos rebeldes, é o mais conhecido. Porém, o autor produziu ainda uma série de discursos, artigos e livros envolvendo a temática da formação republicana rio-grandense e brasileira. Além do livro já citado, faremos referência também aos “Discursos Parlamentares” (1926), uma série de pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados, entre 1906 e 1908; “Unidade Pátria” (1914), escrita no intuito de promover a manutenção da “comunhão brasileira”, ao discutir questões como língua, raça, letras, tradições, costumes, direito, religião, viação e impostos; “30 Anos de Ditadura Rio-Grandense” (1922), libelo que historia a formação republicana rio-grandense até 1922; e “Pela Intervenção no Rio Grande” (1923), contendo oito artigos e duas cartas abertas ao governador do Rio Grande do Sul, defendendo a renúncia deste e/ou a intervenção federal no estado. Nosso foco aqui, no entanto, consiste em observar os inúmeros pontos de contato existentes entre tais obras, tendo como intuito principal destacar a postura oposicionista do autor frente ao governo de Borges de Medeiros e ao aparelho castilhista-borgista, sem a preocupação de analisá-las isoladamente, isto é, de maneira particular.

De um modo geral, ao “historiar”, Escobar não escondia suas tendências político-partidárias, buscando utilizar seus escritos como uma resposta às versões entabuladas pelos adeptos do regime castilhista/borgista. No tocante à historiografia produzida sobre a Revolução Federalista, disse:

Até hoje só escreveram, mais largamente, sobre esta revolução e quando o calor das paixões estava longe de ser moderado ou extinto pelo tempo, partidários da legalidade, naturalmente interessados em desfigurarem e até

*encobrirem fatos repulsivos, (...) que se hão de agarrar às carnes da facção vencedora.*⁵³

Escobar considerava também que, ao escrever, estaria prestando um “inestimável serviço” de esclarecimento à sua pátria, deixando “um testemunho que lego aos vindouros de um esforço em prol da paz da família rio-grandense, da verdade do regime federativo, que, no Rio Grande, com a cumplicidade dos poderes federais é, há 30 anos, uma sombra”.⁵⁴ Segundo o autor, suas obras serviriam para “mostrar quanto os governos rio-grandenses” que se diziam republicanos, tinham “abastardado o caráter dos filhos dessa unidade da pátria”, para “desfazer a lenda de ser (...) Borges de Medeiros o modelo do Presidente de Estado” e para “clamar contra o regime” que, a seu ver, tinha “deslustrado as tradições do nome rio-grandense”.⁵⁵

De acordo com seus objetivos, Escobar caía em contradição na utilização dos conceitos isenção/imparcialidade, admitindo não ser possível praticar o primeiro, propondo-se, entretanto, a tratar os fatos de forma imparcial, característica que teria sido adquirida através do distanciamento cronológico com relação ao desencadeamento dos eventos, como no caso da Guerra Civil de 1893. A respeito disso, afirmava: “não tenho pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo: sou homem, tomei parte pelo coração e pelas ideias nessa lamentável luta fratricida”. Na mesma oração, ponderava: “procurei, no entanto, expor os fatos com a possível imparcialidade, limitando para isso, a meu favor, não só o quarto de século que já nos distancia desse cruento sucesso, senão também a madureza dos anos, poderoso calmante para ajuizarmos dos acontecimentos com menos paixão e mais justiça”.⁵⁶

O fato é que a “imparcialidade” do autor ficava limitada a partir das convicções político-partidárias manifestadas em suas produções, bastando para isso observar as reações que seus “Apontamentos” geraram, fazendo com que ele tivesse de elaborar “réplicas a seus contraditores”. Além disso, como bem ressaltou Francisco das Neves Alves, “se o passar do tempo fosse o ‘poderoso calmante’, que eliminasse as parcialidades, o mesmo não se aplicaria às demais obras de Escobar, escritas no calor das disputas”.⁵⁷ Assim, da mesma forma que os demais autores analisados aqui, Escobar não estava isento de paixão, “seus olhos marejados de lágrimas pelos correligionários maragatos mortos não lhe permitiam ver as loucuras e infâmias

⁵³ ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 4.

⁵⁴ ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 4.

⁵⁵ ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922, p. III e VII.

⁵⁶ ESCOBAR, *Apontamentos...* p. 4.

⁵⁷ ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 21, n. 2, p. 91-106, 1995b.

cometidas também pelos revolucionários”, deixando-se “levar pela dicotomia do bem e do mal”.⁵⁸ Nesse quadro, a visão de Escobar sobre o processo histórico rio-grandense, alinhava-se a das tradicionais oposições do estado que, impossibilitadas de atuar eleitoralmente e, por um tempo, militarmente, buscavam minar, através do discurso, o status quo castilhistaborgista.

De maneira genérica, sua obra caracterizou-se por uma forte combatividade política e ataques veementes ao modelo castilhistaborgista. Segundo o autor, os ocupantes do poder, tanto em nível nacional quanto regional, haviam subvertido a essência do regime republicano. Para Escobar, um dos pontos básicos que maculava as estruturas e o funcionamento da nova forma de governo era a quebra da harmonia entre os três poderes, com o predomínio do Executivo que, “exorbitando com frequência de suas atribuições (desacatava) o Judiciário, (menosprezava) o Legislativo, e sobrepondo-se a todos os poderes” utilizava “a seu bel prazer (os) dinheiros públicos”.⁵⁹ Para ele, essa distorção era ainda mais evidenciada na Constituição do Rio Grande do Sul, onde o Legislativo tinha poderes quase que exclusivamente “consultivos”.

(...) é esta divisão perfeita, escrupulosa, que nego haver na Constituição rio-grandense, porque ali o Poder Executivo é competente para legislar sobre justiça, instrução, força pública, terras devolutas, telégrafos e correios estaduais, matéria eleitoral, enfim (...) até a própria lei pela qual, em dada eventualidade, terá de ser responsabilizado.⁶⁰

Especialista em Direito Constitucional, Escobar utilizou seus conhecimentos para combater o principal arcabouço do predomínio republicano no Estado, a Constituição, que garantia através de mecanismos eleitorais a perpetuidade do grupo situacionista no poder. Aquela carta, dizia ele, não estava em harmonia com os princípios constitucionais da União, alegando a necessidade de uma revisão de princípios e reforma constitucional e chegando a pleitear, quando deputado, a formação de uma comissão que promovesse esse intento. Questionava ainda sobre o destino do país, se outras unidades da federação adotassem o modelo rio-grandense:

Se os outros estados, a exemplo do Rio Grande, se constituíssem tomando por base os princípios de uma monarquia eletiva, de uma teocracia, oligarquia, ou república aristocrática, a que ficaria reduzida a República Federativa do Brasil? A uma reunião híbrida de estados sem nexos os

⁵⁸ FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, M (Org.). *1893-95: A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 123.

⁵⁹ ESCOBAR, Wenceslau. *Unidade pátria*. Porto Alegre: Globo, 1914, p. 184.

⁶⁰ ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos Parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926, p. 154.

ligasse entre si; deixaria de ser (...) uma associação de muitos estados debaixo do mesmo governo.⁶¹

Cabe lembrar aqui que, militante do Partido Federalista, Escobar foi herdeiro dos princípios proferidos por Gaspar Silveira Martins, no que concerne à organização do Estado, tanto que, no plano nacional, em sintonia com os ideais gasparistas, propunha a implantação de um sistema parlamentarista no país. Em consonância com o pensamento liberal no qual se alinhava a maior parte dos grupos oposicionistas do Rio Grande do Sul, Escobar considerava que “o chefe de um estado republicano” deveria “dirigi-lo com critério, prudência e patriotismo”, devendo, “igualmente, ser o funcionário da mais alta confiança do povo”,⁶² e, quando não mais respeitasse esses princípios, deveria ser afastado por aqueles mesmos que o elegeram. De acordo com essas ideias, era natural e completamente justificável seu combate à “ditadura rio-grandense”.

Defensor da ideia de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul para eliminar a ditadura castilhistaborgista bem como para reformar a constituição, Escobar considerava que essas atitudes deveriam ter sido tomadas ainda no início dos governos republicanos, e só não o foram por um “dissimulado respeito a autonomia estadual, mas em verdade obedecendo passageiras conveniências políticas”. É interessante destacar aqui que, segundo ele, somente graças “à resistência heroica do Partido Federalista, o estado gaúcho” ainda não estava “reduzido ao Paraguai dos tempos de Solano Lopes” ou “à Argentina dos tempos de Rosas”.⁶³ Sustentando sua postura oposicionista, Escobar defendeu insistentemente a intervenção federação no Estado especialmente quando da proclamação da vitória de Borges de Medeiros nas eleições estaduais de 1922 para a Presidência do Estado, visto que:

nenhuma consciência reta, nenhum espírito rudimentar iluminado por mediano critério pode negar (...) a justiça da intervenção federal no estado em que seu próprio governo oprima as liberdades públicas, tolha ao povo ou aos adversários a faculdade de livremente escolherem seus mandatários privando-lhes do direito de voto, a base fundamental de todos os governantes representativos.⁶⁴

⁶¹ Ibidem, p. 11.

⁶² ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos Parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926, p. 9.

⁶³ ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922, p. 116-7.

⁶⁴ ESCOBAR, Wenceslau. *Pela intervenção no Rio Grande – renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923, p. 7.

No que tange à Monarquia, diferentemente do que pregou a vertente castilhistaborgista, Escobar afirma ser aquela uma época de apogeu, marcada pela honradez e lisura política:

O fato de, no regime passado, se alternarem os partidos no poder, era também um fator de considerável importância na formação do caráter nacional. A certeza de ser governo dentro de um certo período, que podia ser mais ou menos longo, mas nunca indefinido, era um incentivo à firmeza de ideias e princípios (...) Este mecanismo era uma escola cívica de firmeza de caráter (...) A República fechou esta escola matando as liberdades políticas, a gênese dos partidos.⁶⁵

Em síntese sobre o que foi dito até agora a respeito da produção historiográfica de Wenceslau Escobar, pode-se salientar que, embora suas obras refletissem as características da produção histórica daquele momento, na qual o distanciamento crítico em relação ao objeto era um aspecto praticamente ausente, ao produzir uma obra também combativa, apontando as falhas e contradições do modelo castilhistaborgista, Escobar permitiu identificar o papel das oposições rio-grandenses na desagregação desse mesmo sistema, bem como o significado dos conflitos produzidos nos primeiros anos do Rio Grande do Sul republicano. A obra deste autor exprime, dessa forma, as vivências, práticas e posturas das oposições rio-grandenses durante a República Velha e é nisso que reside seu grande mérito.

Ângelo Dourado (1856-1905)⁶⁶, autor de “Voluntários do Martírio” (1896), é outro exemplo significativo de abordagem identificada com as forças de oposição ao castilhismo. A obra constitui um documento autêntico da bagagem de ideias, mitos e ressentimentos que impulsionaram os insurgentes, desde a fronteira gaúcha até o planalto paranaense, com uma épica retirada, exílios, novas invasões, até o encerramento do conflito. O livro, uma emocionada crônica histórica sobre o conturbado período da Revolução de 1893, apresenta,

⁶⁵ ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922, p. 15-6.

⁶⁶ Ângelo Cardoso Dourado nasceu na capital baiana, Salvador, a 6 de outubro de 1856, e faleceu na cidade gaúcha do Rio Grande, a 23 de outubro de 1905. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1880, prestou serviços médicos ao Exército, vindo a deslocar-se para o Rio Grande do Sul e exercendo sua profissão na cidade de Bagé, onde manteve sua família e atingiu projeção política, chegando a ser Presidente da Junta Administrativa em 1890. Participou ativamente do movimento rebelde que sacudiu o sul do Brasil à época da formação republicana. Adepto dos revolucionários federalistas emigrou para Melo, no Uruguai, onde também exerceu a medicina, e foi nomeado Coronel do Exército Libertador, como se autodenominavam as forças rebeldes, percorrendo as terras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com as tropas do chefe maragato Gumercindo Saraiva em suas empreitadas contra as forças governistas. Encerrada a revolta, permaneceu em terras rio-grandenses e exerceu a medicina em várias localidades gaúchas, como na cidade do Rio Grande, na qual foi médico oculista. Além de médico, Dourado foi político, escritor e teatrólogo. Escreveu o drama *O médico dos pobres* (1876), a tese na Faculdade de Medicina *Operação cesariana* (1880), a narrativa *Voluntários do martírio* (1896), o drama *As minas de ouro* (1897), o livreto *Ophthalmia virulenta* (1899), o estudo *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900), a coletânea de artigos *A situação política do Brasil* (1905) e o discurso *Reforma constitucional*, publicado postumamente (1912).

em suas informações, fontes primárias para a reconstituição da história social da época da guerra civil, as quais permitem reconstituir o cotidiano revolucionário no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Ainda que advogando a causa de uma das facções no conflito político-ideológico que então polarizava a conjuntura rio-grandense, o autor, para legitimar sua obra, lançaria mão de uma das estratégias discursivas mais usadas pelos escritores que então abordavam o tema, quer seja, a justificativa de que escreviam em nome de uma suposta “verdade histórica”.

A narração do escritor reflete sua ação como indivíduo engajado político-partidariamente e como médico e militar nas forças de Gumercindo Saraiva, de modo que, logo após o término da revolta, em 1896, Dourado publicava os seus “Voluntários do Martírio”. O autor busca caracterizar tal obra, basicamente, pelo aspecto narrativo, afirmando que escrevia a impressão da ocasião, narrada a quem, como ele, teria sofrido, a quem tivera tanto amor à causa que defendia. Explicava ainda que nada modificara nas impressões que sentira originalmente, resolvendo então escrever, pois do contrário seria tirar das narrativas o único merecimento que tinham, ou seja, a narração dos fatos sob a impressão do momento. O escritor demarca ainda que aquele não era portanto um livro meditado, e sim um jornal de impressões, de modo que aquilo que apresentava seria compreendido pelos que lutaram com e contra ele nos campos de batalha.⁶⁷

Nesse quadro, Dourado justifica sua obra a partir de uma narração dos fatos “realmente” como aconteceram, o que seria “reconhecido” por aliados e adversários. Além disso, também considera a necessidade do distanciamento cronológico para uma explicação mais profunda dos acontecimentos entre 1893 e 1895. Nesse sentido, destaca que seu escrito não chegava a ser a história do esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo, uma vez que seria cedo ainda para escrevê-la, tendo em vista que a tinta, em que se deveria mergulhar a pena de fogo para fazê-lo, deveria ser de justiça, e para isso seria preciso tempo, além do estudo de cada fato nas suas origens e de cada homem nos seus desejos.⁶⁸ Apesar de reconhecer possíveis falhas em detalhes de seu conjunto narrativo, o autor também caracteriza seus escritos como portadores de uma “verdade histórica”, destacando que talvez não fosse literalmente exato nos fatos que narrara, referindo-se àqueles

⁶⁷ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 1.

⁶⁸ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 1.

episódios descritos por terceiros, porém, em relação aos que presenciara, seriam a “expressão da verdade”, e por eles deveria julgar verdadeiros todos os que lhe contaram.⁶⁹

Assim, Ângelo Dourado julgava sua narração como a “expressão da verdade”, apesar de sua atuação como médico e militar junto aos revolucionários, bem a contento com as estratégias discursivas adotadas pelos escritores de então, fosse qual fosse o lado que defendesse.

É possível detectar em sua obra também a presença de um certo saudosismo pelo passado monárquico, que se materializava através do combate sistêmico ao novo regime. Prova disso é que o autor não cessa de criticar a “República da Ordem e do Progresso”, chamada por ele de “charneca imunda” e, em várias passagens, expande-se em elogios ao Imperador e aos homens do regime deposto. Dom Pedro, por exemplo, é visto como “o fiscal incansável do progresso de sua pátria”. A respeito da situação política vigente no estado e no restante do país, esclarece:

Nós lutamos pelo direito de viver. Nossa luta foi no Rio Grande do Sul e ela ter-se-ia limitado lá, se o elemento que nos mata, não fosse mandado do centro, fornecido por todo Brasil; por isso é justo que a nação inteira participe do nosso sofrimento. (...) A continuar assim, querendo viver por exclusão dos outros, só a restauração poderia salvar o Brasil. A nação não fez a república; aceitou-a porque a julgou boa. Os que a fizeram se esforçam para mostrar que a república é o interesse de indivíduos. Ora, as nações não se podem deixar sacrificar por indivíduos, e conhecendo que a república é o interesse do mais forte, que não poderá viver nela quem não tiver paciência para sofrer o *azorrague*, o resultado será fugir dela.⁷⁰

Ao lado de “Os Voluntários do Martírio”, Ângelo Dourado entabularia outros escritos, publicados normalmente na forma de livretos, nos quais o autor alternava seu veio político-partidário, por vezes panfletário, com o do especialista nas artes médicas. Apesar das especificidades das obras, o médico não poderia dissociar-se do político, de modo que certas convicções, bem como as preocupações de fundo social, acabariam por vir à tona, ainda que nas entrelinhas do conjunto de seus escritos.

Resulta ainda deste vetor historiográfico a obra “Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão”, originalmente editada em 1902, nas oficinas gráficas do jornal “O Maragato”, em Rivera, no Uruguai. O livro descreve uma sucessão de acontecimentos dispostos em ordem cronológica, abarcando o período de 1889 a 1900, com denúncias preocupadas com o

⁶⁹ Ibidem, p. 421.

⁷⁰ Ibidem, p. 171.

retrato das arbitrariedades cometidas por autoridades ligadas ao castilhismo, entre elas, João Francisco Pereira de Souza, a “Hiena do Cati”, contra eleitores e simpatizantes do federalismo. Em comparação com “O Vandalismo no Rio Grande do Sul”, de Euclides Moura, obra publicada em 1892 e já discutida neste trabalho, “Os crimes da ditadura” sugere uma resposta àquela, que se empenhou na denúncia das atrocidades cometidas pelos federalistas e dissidentes castilhistas durante o assim chamado “Governicho”. Muito embora não encontremos aqui a diversidade temática de “O Vandalismo”, pois “Os crimes da ditadura” se propõe a ser um livro-denúncia menos preocupado com a explicação histórica, o cotejo parece bem interessante, uma vez que seus autores – Rafael Cabeda e Rodolpho Costa – pretendem igualmente oferecer um balanço – no caso, regional – dos primeiros anos do Rio Grande do Sul castilhista, porém com o compromisso de legar para os Anais da História o testemunho de um projeto político divergente. Ressaltamos também que os autores citados dispensaram apologias à Monarquia, procurando se afirmar como legítimos paladinos do federalismo. Essa postura se materializa, por exemplo, no preito a figuras proeminentes do campo político e militar do Império, com destaque natural para o conselheiro Gaspar Silveira Martins.

O livro deixa claro que a perseguição política aos federalistas teria continuado, mesmo após a assinatura do Pacto de 23 de agosto de 1895, numa proporção assustadora. Um dos episódios registrados na referida obra trazia como vítima o chefe revolucionário Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Narrado em detalhes, o fato contaria até com a intervenção salvadora do federalista Rafael Cabeda, um dos autores da obra:

No dia 20, às duas horas da tarde, quando transpunha a linha divisória, de regresso de Rivera a Livramento, foi inopinadamente agredido o venerando e prestigioso chefe federalista Sr. Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães. (...) Os seus agressores, serviçais do castilhismo, foram reconhecidos: Juvêncio Torres e Pedro Castanho, célebres nos anais do crime. Montados em excelentes cavalos e bem armados, os sicários atacaram Prestes Guimarães; este tirou o estoque de sua bengala, única arma que usava, e com ele procurou defender-se de seus assassinos, que não podendo vencê-lo, acabaram por fazer uso das suas armas de fogo. (...) O Major Prestes Guimarães recebeu três ferimentos, um de arma branca e dois de arma de fogo, sendo um destes de bastante gravidade. Devido à intervenção de Rafael Cabeda, que, achando-se próximo ao local dessa infame cilada, a ele acudiu, disparando diversos tiros contra os dois bandidos, estes se puseram em vertiginosa fuga, sem que pudessem ultimar a obra encomendada pelo Inspetor Fiscal Ildefonso Fontoura, de acordo

com João Francisco, não foi de todo consumado o plano de assassinato do preclaro rio-grandense.⁷¹

É válido lembrar que naquele ano de 1899, por motivos ligados aos jornais “O Canabarro” e “O Maragato”, ambos editados em Rivera, Prestes Guimarães e Rafael Cabeda, apesar de correligionários, haviam se desentendido e terminaram por ficar inimigos.⁷²

Cabe lembrar ainda que a linguagem veiculada pela obra inscreve-se bem no contexto do jornalismo partidário e parcial da época: não há espaço para a isenção: a descrição é seletiva, passional e, com frequência, agressiva. Uma radiografia dos crimes listados parece sugerir também que muitos conflitos pessoais explodiram com a proclamação da República, que suspendeu a mediação institucional até então vigente, destampando a panela de pressão. Os autores afirmam, nesse sentido, que a violência e as arbitrariedades cometidas pelas autoridades estaduais contra as pessoas que se opunham ao castilhismo atingiam todas as camadas sociais: estancieiros, altos dignitários, peões, colonos imigrantes, estrangeiros, mulheres e crianças. A propósito, chama atenção o bom número de imigrantes italianos entre as vítimas arroladas, sugerindo que a área de colonização constituiu-se em foco de tensão, ao contrário do que costuma supor boa parte de nossa historiografia, que caracteriza a região como um dócil curral eleitoral do castilhismo. A denúncia de empastelamento de um jornal alemão por colonos italianos em Porto Alegre também sinaliza a existência de conflitos étnicos entre imigrantes europeus de distintas nacionalidades:

Às oito horas da manhã de 28, em plena Rua dos Andradas, a principal de Porto Alegre, a colônia italiana assaltou a tipografia do jornal alemão Wolkesblatt, empastelando o material e quebrando a máquina tipográfica. Apesar da hora, do local e ter sido previamente anunciado o assalto, nenhuma autoridade compareceu, obrando à vontade os assaltantes!⁷³

Dessa forma, a mudança de regime e, mais tarde, a Revolução Federalista, serviriam de justificativa para resolver disputas pessoais de maneira cruenta. O eloquente testemunho deste livro comprova, portanto, que a consolidação da República no Rio Grande do Sul se fez acompanhar de um verdadeiro banho de sangue.

⁷¹ CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. 2. ed. (Org.). Coralio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Günter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002, p. 161.

⁷² Ver “Rafael Cabeda” de Ivo Caggiani, p. 100-101.

⁷³ CABEDA; COSTA, op. cit., p. 73-4.

Uma das práticas mais surpreendentes registradas com frequência pela obra eram os recrutamentos forçados. Castilhos teria procurado submeter muitos ex-combatentes federalistas à férrea disciplina da Brigada Militar, pois, dessa forma, não apenas controlava suas movimentações, como ainda aproveitava em seu benefício o conhecimento daqueles indivíduos treinados na arte da guerra. Porém, ainda que tais recrutamentos tivessem por alvo muitos federalistas, não era apenas sobre eles que recaía este fardo, havendo jovens republicanos que se queixavam da arbitrariedade.

Mas o grosso da crítica institucional de “Os crimes da ditadura” foi endereçado para a Justiça. Conforme os autores, os altos índices de criminalidade verificados no Estado sulino encontrariam explicação numa Justiça cara e parcial. São forte as críticas dirigidas ao Código de Organização Judiciária de 1895 e ao Código de Processo Penal de 1898, que teriam transformado a instituição do júri numa lei de exceção e que conseguiriam até mesmo iludir a doutrina do habeas-corpus, amplamente garantido pela Constituição Federal. Juízes e promotores são com frequência apresentados como instrumentos políticos do governo e do partido dominante. O caso, datado de 15/01/1891, envolvendo a prisão do diretor do jornal opositorista “A Reforma”, Miguel Cunha, é prova disso:

O Chefe de Polícia Major Guillon⁷⁴, maranhense, ao serviço do castilhismo, prende violentamente o editor da *Reforma*, de Porto Alegre, Miguel Cunha, pelo simples fato de haver aquele jornal noticiado que se achava pelas imediações do Passo da Areia o conhecido criminoso Affonso Marques, autor do assassinato de Felisbello Soares. (...) Affonso Marques, Alferes de Polícia, havia sido transferido para S. Francisco de Paula de Cima da Serra, mas vivia acampado pelo Passo da Areia com força armada, graças à *proteção vergonhosa que lhe dispensava o Dr. Calor Flores*⁷⁵, atual *Procurador do Estado no Tribunal Superior*. O Chefe de Polícia, desprezando todos os preceitos da moral republicana, manda pelo mesmo facínora intimar o gerente da Reforma, o malogrado Norberto Vasques, para que lhe fosse pessoalmente dar explicações – isto com aplausos ferventes por parte da *Federação*...⁷⁶

Em geral, o elemento central característico que permeia tal obra é a denúncia com relação aos crimes perpetrados contra a oposição. Tratava-se, segundo os autores, de uma política deliberada de perseguição e de extermínio físico da oposição, levada a afeito, no mínimo, até os últimos anos do século XIX. Sentimos falta, entretanto, de referências a

⁷⁴ Referência ao Major de Engenheiros Francisco Alberto Guillon, mais tarde Deputado Federal pelo PRR.

⁷⁵ Referência a Carlos Thompson Flores, Procurador-Geral de Justiça junto ao Superior Tribunal do Estado.

⁷⁶ CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. 2. ed. (Org.): Coralio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Gunter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002, p. 48.

contravenções cometidas durante o “Governicho”, assim como há um silêncio por parte dos autores sobre as atrocidades perpetradas também pelas forças revolucionárias durante a guerra civil de 1893.

Merece destaque aqui também o caso raro da obra “Escavações Históricas. Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul”, lançada em 1933, de autoria do liberal gasparista Olympio Duarte (1870-1933), o qual interpretou a história política rio-grandense a partir da trajetória do Parlamento. Jornalista, redator do jornal “Correio do Povo” durante longos anos, Duarte foi eleito deputado pelo PF à Assembleia dos Representantes na legislatura de 1925/28, permanecendo sempre fiel ao ideário do partido maragato, sem ligar-se à Aliança Libertadora e à bancada parlamentar assistida. A narrativa desenvolvida pelo autor é centrada na transcrição apaixonada de episódios referentes à vida política de Silveira Martins, em geral, decorrentes da sua atuação política na Assembleia Provincial, enquanto líder do Partido Liberal. O culto à memória federalista, é bem verdade, não se restringe apenas à figura forte e carismática de Gaspar Silveira Martins. O autor tece longos elogios também a outras lideranças políticas importantes, sendo que algumas delas tiveram passagem significativa na história do liberalismo rio-grandense, tais como: Francisco Antunes Maciel, Joaquim Antônio Vasques, Israel Rodrigues Barcellos, entre outras. A respeito do conselheiro Antunes Maciel, por exemplo, explanava: “o nome do conselheiro Maciel destacou-se sempre entre os mais genuínos representantes do liberalismo histórico (...) um nome feito nas lutas pelas liberdades públicas”.⁷⁷

Mas, o destaque principal da obra fica por conta da representação construída em torno da imagem de Silveira Martins, bastante cultuada pelo autor da obra. Gaspar Martins, a quem Duarte se referia como seu “querido chefe”, e o “maior dos rio-grandenses”, é apresentado como “salvador e guardião da liberdade”, como um político respeitado por seus correligionários, que batalhava em prol de seu povo e responsável por grandes avanços econômicos. Nesse ínterim, não é sem emoção que Olympio Duarte idealizava a imagem de Silveira Martins, quando do seu discurso de estreia na Assembleia dos Representantes, em 1925: “venho de um largo passado, de fulgentes tradições na história do Rio Grande, passado que evoca as figuras ínclitas de Silveira Martins, *o mestre glorioso e tribuno príncipe (...)*”. Continuando, afirma: “*Falo do mesmo lugar em que tantas vezes se ergueu o vulto imponente do grande tribuno liberal, do maior orador que conheceu o Brasil. Falo do mesmo lugar em*

⁷⁷ DUARTE, Olympio. *Escavações históricas. Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 154.

que as orações de Silveira Martins, proferidas nesta casa, eram como o desabar de uma tempestade, sacudindo em seus fundamentos as instituições da pátria”.⁷⁸ Ou seja, para Duarte, Gaspar Martins se mantinha como um ponto de referência, isto é, um exemplo a ser seguido.

É importante ressaltar aqui que a imagem de Gaspar Silveira Martins foi constantemente reforçada e venerada durante sua vida, antes e depois da Proclamação da República (1889), e após sua morte, em 1901.⁷⁹ Cabe lembrar também que, segundo Regina Abreu, existiam diversas formas de lembrar os mortos considerados ilustres, entre elas: conferências, rituais religiosos, pronunciamentos de elogios póstumos, exposições comemorativas e lançamento de biografias.⁸⁰

Dentro da vertente gasparista/assisista é possível ainda se deparar com obras que promoveram preferencialmente uma narrativa encadeada dos fatos políticos mais relevantes, como no caso dos trabalhos do jornalista Gustavo Moritz, ainda hoje de consulta indispensável para os historiadores da República Velha gaúcha, ou, também, do jornalista Manoel da Costa Medeiros, que oferece rara visão do conflito entre facções políticas no interior do partido dominante, descrevendo práticas coronelísticas com riqueza.

Originalmente publicado em 1939, o livro “Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul”, de Gustavo Moritz (1878-1945), resgata do esquecimento um preciso raio-x do panorama político regional e nacional em que foi engendrado o nascimento da República. A obra reúne, basicamente, artigos publicados no jornal “Correio do Povo”, do qual Moritz era redator e chefe de revisão, abarcando fatos ocorridos entre 1889 e 1895. Simpatizante de uma das facções em luta, a do Partido Federalista, ele deu voz ativa à oposição, sem, no entanto, necessariamente assumir um partidarismo exagerado.

De forma distinta, por exemplo, àquela adotada pelos historiadores da vertente castilhistas/borgistas que descreviam o governo republicano como um regime de paz, tranquilidade e de segurança, Moritz, baseando-se em editoriais de jornais oposicionistas, quando das eleições para senadores e deputados federais para a primeira Constituinte da República, em 15/09/1890, esclarece, entretanto, que o quadro político rio-grandense não era de todo tranquilo, pelo menos no que tocava aquele momento histórico. Segundo ele, antes de realizada a eleição, já a “Reforma”, tradicional folha de Silveira Martins, denunciava a

⁷⁸ DUARTE, Olympio. *Escavações históricas. Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 156-7.

⁷⁹ ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas. Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFSC, 1999, p. 94.

⁸⁰ ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos – Dossiê Comemorações*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

existência de rumores de que o pleito não seria livre, e de que as oposições teriam de cruzar obrigatoriamente os braços diante da ameaça de violências e de fraudes. Diante disso, ponderava o autor: “assim é que, procedida à eleição, os jornais independentes e os da oposição faziam graves críticas às fraudes havidas”.⁸¹

É de se destacar aqui também que com o passar dos anos, conforme revela Moritz, o número de jornais que faziam oposição ao governo do Estado aumentava significativamente. Às já tradicionais folhas porto-alegrenses “A Reforma” e “O Mercantil”, jornal independente, somou-se o “Rio Grande”, organizado por Barros Cassal e que recebia as colaborações de Antão de Faria e Demétrio Ribeiro. A oposição contava ainda com a pena sagaz de Apolinário Porto Alegre, Campos Cartier, Silvio Rangel e Wenceslau Escobar, todos republicanos históricos que entraram em rota de colisão com a direção castilhista. De resto, o “Jornal do Comércio”, afirma Moritz, não escondia suas simpatias pelos dissidentes, embora se mantivesse indiferente às investidas recebidas do castilhismo. Entre as hostes opositoras, abrigava-se ainda o irrequieto Germano Hasslocher, antigo acólito de Silveira Martins, posteriormente seduzido por Pinheiro Machado, nomeado promotor público em Porto Alegre, em 1892, e convertido em um dos mais tenazes defensores do borgismo no Congresso. Nesse sentido, de acordo com Moritz, a linguagem predominante no Rio Grande do Sul, durante os anos iniciais da República, não era de paz e harmonia, como foi apontada por outros autores, mas tornava-se cada dia mais acrimoniosa.⁸²

Considerações finais

A partir destas análises é possível estabelecer algumas considerações finais sobre a produção do conhecimento histórico nesta parcela da historiografia gaúcha, ou seja, o da chamada historiografia não-acadêmica, a qual dividimos em duas frentes: a castilhista/borgista e a gasparista/assisista.

De um modo geral, vimos que apesar da busca da “verdade” como pressuposto legitimador das obras, na maioria dos casos, a história foi usada de modo utilitário e pragmático, para difundir os ideais dos grupos em conflito. Nessa linha, esses autores, de forma velada ou abertamente, ou ainda, de maneira não-intencional ou deliberada, expressaram suas concepções ideológicas, criando praticamente uma “verdade federalista”,

⁸¹ MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005, p. 147.

⁸² *Ibidem*, p. 154-5.

em oposição a uma “verdade castilhista”, ou vice-versa, de modo a desencadear-se um processo de “respostas” de parte a parte, gerando uma tendência de produção intelectual caracterizada pelo tomada de posição no que tange aos assuntos partidários.

Além disso, percebemos que a ausência de uma dimensão estrutural ou histórico-concreta de análise onde os acontecimentos estão inseridos enquanto processo social, econômico e político, conduziu ao pessoalismo e às teleologias onde os movimentos – como o republicano – emergem em momentos-chaves e canalizam arduamente a ação dos homens, regrados por um código de ética desvinculado de um lugar social. No que se refere à oposição federalista, identificamos que esta de alguma maneira foi discutida pela historiografia não-acadêmica, fosse a partir de uma abordagem mais tangencial como na vertente castilhista/borgista, reprodutora do discurso oficial, fosse através de um enfoque mais direto, no qual o tema da oposição liberal-federalista ao castilhismo aparece como um objeto maior, como no caso da vertente gasparista/assisista.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos* – Dossiê Comemorações, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928.

ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 21, n. 2, 1995.

_____. Silveira Martins x Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Biblos*. Rio Grande, n. 9, 1997.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908.

CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. 2. ed. (Org.). Corálio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Günter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

DUARTE, Olympio. *Escavações históricas*. Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1933.

ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.

_____. *Pela intervenção no Rio Grande – renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923.

_____. *Discursos Parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926.

_____. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Unisinos, v. 28, n. 127. 1992.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In: FLORES, M (Org.). *1893-95: A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3.

_____. *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha: In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 8.

_____. Reflections on the Revolution of 1893. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.

MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005.

MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PESAVENTO, Sandra. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando. RS: cultura & ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1917.

ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.

ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas. Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFSC, 1999.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. O castilhismo e as outras ideologias. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 3, t. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

_____. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.